

Notas sobre a atividade industrial na Imperial Cidade de Niterói a partir da Trajetória do Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia 1846-1863.

Beatriz Piva Momesso
Mestre - UFF

No início da segunda metade do século XIX, Niterói era uma cidade com importante função portuária, envolvida em atividades exportadoras e importadoras e, assim, se articulava às economias nacional e internacional. Sendo um dos 28 municípios que compunham a província, estava dividida em 3 freguesias: São Gonçalo, São João Baptista e Itaipu. Em 1852, a Coletoria de Niterói arrecadou 36.209\$284 e a dívida do município era de 208.762\$315. Em termos percentuais verificou-se que 12,5% da arrecadação da Província do Rio de Janeiro provinha daquele município.¹

A Companhia de Niterói, dispunha em 1835, de uma linha de barcos a vapor que ligava a então Vila de Praia Grande ao Rio de Janeiro. Em 1840, há notícias de que em Ponta d'Areia um conhecido construtor, chamado José Francisco de Castro, depois de construir mais de uma dezena de barcos, lançou-se na construção de 2 barcos a vapor para a Companhia de Niterói.² Na freguesia de São Gonçalo, havia fazendas de médio e até grande porte, produtoras de gêneros agrícolas, predominando o café. Já na freguesia de São João Baptista, nota-se uma maior urbanização com algumas oficinas de fumo, até olarias, entre os tipos sociais havia também capoeiras e cirurgiões barbeiros. Ao mesmo tempo, “nos terrenos de Santa Rosa” havia várias fazendas, uma inclusive, chamada de “engenho”.³ Consta que as olarias localizadas dentro da cidade não tinham outros funcionários senão escravos, muitos deles alugados. No anúncio do *Jornal do Commercio* em 1840, anunciava-se o aluguel de um moleque ladino de 15 anos, em Niterói, pela quantia mensal de 16\$000.⁴ O *Correio Oficial Niteroiense* trouxe o anúncio de uma confeitaria de Niterói que vendia e comprava escravos de ambos os sexos e de uma preta “de nação” que estava a venda por 600\$000, em 1843.⁵ Já

¹ COUTTO FERRAZ. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente de Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 3 de maio de 1852*. Rio de Janeiro, 1852. Mapa 2 A

² BIBLIOTECA NACIONAL. *Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro 1842-1844*. Seção de Obras Raras, n.10. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1842.

³ SOUSA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. 2ª ed. Niterói :Fundação Niteroiense de Arte, 1993. p. 185.

⁴ JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, 21 jul. 1840, p. 4.

⁵ CORREIO Niteroiense. Apud. SOUSA, José Antônio Soares de Sousa. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói...*, op.cit., p.186.

escravos treinados, mais especializados, eram mais valorizados. Esse é o caso do escravo costureiro, anunciado no *Correio Niteroiense*, à venda por 800\$000, em 1840.⁶

O limite entre o rural e o urbano não era tão nítido na Imperial Cidade de Nicteroy no período 1844-1863. No entanto, é perceptível a presença de certa urbanização e de relações de trabalho envolvendo escravidão ao ganho e de aluguel, relações essas que serão reproduzidas em parte no Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia.

O Estabelecimento da Ponta d'Areia localizava-se no sopé do morro da Armação, na vertente oposta ao antigo prédio da Armação das Baleias, voltado para a Enseada de São Lourenço, hoje aterrada. Irineu Evangelista de Sousa, negociante, adquiriu-o do inglês Carlos Colmann em 11 de agosto de 1846, pela vantajosa quantia de 60.000.\$000, incluídos 28 escravos.⁷ Em carta ao Imperador, o futuro Barão de Mauá explicou que a fundição tivera origem em 1844 e apenas dois anos depois de iniciadas suas atividades já caminhava para a ruína próxima, fato que desanimara Colmann. Localizado na Freguesia de São João Baptista, a mais populosa, o estabelecimento industrial foi a única instituição com operações econômicas que mereceu uma legenda na *Planta da Cidade de Nicteroy – Capital da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1858-1861*. Além de capelas, igrejas, o teatro, a Câmara Municipal, o Correio, o quartel, a legenda trazia representadas as oficinas da Ponta d'Areia.⁸ O documento, que reúne uma coleção de mapas da província fluminense que trazem detalhes sobre a Corte e os municípios mais importantes, omite em suas legendas, até mesmo o Arsenal da Marinha, importante estabelecimento industrial estatal da época, cujo quadro de funcionários suplantou o estabelecimento do Barão de Mauá. Ponta d'Areia aparece representada constando de 7 prédios, sendo que um deles parece ser um grande galpão, cujo entorno reúne outros 6 prédios. Apesar da localização, um pouco distante da área central, parece-nos que não havia impedimentos para o acesso ao estabelecimento por parte de seus empregados. Os escravos alugados ficavam nas dependências da casa de escravos existente no estabelecimento, juntamente com os escravos do estaleiro, conforme podemos comprovar observando a *Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta d'Areia em 31 de março de 1848*.⁹ Entre os prédios constantes nessa fonte, são listadas as casas grandes dos operários, o

⁶ Ibidem.

⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Contratos e Escrituras*. Lavrados em notas do tabelião Fialho. Cartório do 3º Ofício (hoje C. Pennafiel), livro 199, fls.40

⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. *Planta da Cidade de Nicteroy, Capital da Província do Rio de Janeiro 1858 1861*. Seção de Cartografia ARC. 14,4,35 fl.2 .

⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta d'Arêa em 31 de março de 1848*. Seção Manuscritos, Documentos Biográficos, c 1064,044,nn019.

que nos indica que, pelo menos uma parte dos trabalhadores livres vivia no espaço do próprio estabelecimento com suas famílias.

Os *inventários, Relatórios Ministeriais, Balanços de Ponta d' Areia* submetidos à crítica interna e externa pela comparação com correspondências pessoal, artigos de jornais e confrontados com dados demográficos e econômicos da Imperial Cidade de Niteroy revelam a ação da empresa no tecido social da província confirmando-o ou deformando-o.

Alguns escritores como Caldeira¹⁰ e Besouchet¹¹ admitiram, na construção de suas biografias sobre o Barão de Mauá, que o Estabelecimento de Ponta d' Areia adquiriu uma configuração de unidade industrial capitalista no século XIX fato que, se procedente, teria influído significativamente nos padrões sociais e econômicos do município de Niterói. Trata-se, portanto, de verificar a posição ocupada por Ponta d'Areia nesse quadro, bem como se o estabelecimento diferentemente dos padrões de seu tempo, organizou-se segundo uma lógica e uma prática capitalista.

Em primeiro lugar, não resta dúvida de que o Estado Imperial deva ser apontado como um dos responsáveis, senão o principal de deles, pelo montante de capital que circulou na empresa via empréstimos, subsídios e encomendas estatais. Em menos de dez anos dois empréstimos totalizando 600\$000 foram concedidos ao estabelecimento. Em 1848, Ponta d' Areia foi o único estabelecimento que além de ter sido contemplado com a quantia de 300\$000, também recebeu integralmente o valor. Em termos comparativos os números são significativos: em 1850 uma manufatura de sapatos que empregava 120 operários tinha um capital de 100\$000. Em 1857 o valor da produção anual da Cia de Luz Steárica era de 520\$000.

Ponta d'Areia era a chamada fábrica em “ponto grande”. O enquadramento da instituição nesse termo cunhado pela Junta de Comércio significou o recebimento de auxílios do Estado Imperial. Segundo a Junta:

Nós estamos persuadidos de que não é pela grandeza do edifício e por outras circunstâncias dispendiosas e de luxo, mas sim pela utilidade real e pela importância dos seus melhoramentos e comodidades que trouxe ao país e a seus habitantes que se deve orçar a grandeza da fábrica e por conseguinte julgamos que não se pode marcar um estalão invariável para esse fim. É no momento em que se apresenta o empresário e que se der a conhecer as qualidades da sua empresa, que se deve julgar o seu mérito e gradular a sua magnitude, chamando ao cálculo todos os elementos mencionados¹²

¹⁰ CALDEIRA, Jorge. *Mauá Empresário do Império*. 15ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹¹ BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

¹² ARQUIVO NACIONAL. Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Consulta ao Tribunal da Junta, requerida pela Regência em Nome do Rei por Portaria de 4 de novembro de 1837 e assinada por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Seção de Documentação Histórica. p.36.

Logo, o Tribunal da Junta de Comércio manifestava que uma das condições para obter o título de “fábrica em grande” e obter os privilégios decorrentes do título era a capacidade do empresário de promover e convencer sobre os méritos da sua indústria.

Da leitura da documentação transparece a não existência de critérios muito objetivos para a concessão de privilégios, podendo o governo favorecer os estabelecimentos que desejasse. Não se tratava de uma política liberal, pois as proteções e benesses governamentais existiam de forma arbitrária, conforme o parecer da Junta Comercial após receber as informações dos inspetores de fábrica.

O empréstimo de 1848 foi concedido no dia 2 de outubro, três dias depois da posse do Gabinete Conservador, encabeçado pelo Visconde de Monte Alegre que acumulava as pastas da Fazenda e o Ministério do Estrangeiro. José da Costa Carvalho ou Visconde de Monte Alegre era freqüentador assíduo da casa de Mauá, a quem se refere em sua correspondência particular como “amigo sincero” e um dos que lhe estimularam-no, em 1851, a criar o II Banco do Brasil.¹³

A relação entre a dinâmica de capitais da empresa e o Estado Escravista não para por aí. O Estado Imperial omitiu-se nos anos de 1850 ao fazer “vistas grossas” ao uso do trabalho escravo em Ponta d’Areia, proibido a partir de 1847 nos estabelecimentos industriais. Inventários e outros relatórios cruzados revelam, por exemplo, que em 1848, 24% da mão-de-obra empregada era escrava, e em 1850, essa porcentagem chegou a 31,6%¹⁴ Curiosamente, quem escreve os relatórios “omissos” era o Barão de Rio Bonito, então vice-presidente de província em 1850 e que em 1856 aparece como um dos sócios do Estabelecimento de Fundação e Máquinas Ponta d’ Areia, transformada em sociedade anônima desde 1854.

O Código Comercial de 1850, do qual o Barão de Mauá é um dos mentores criou a figura da sociedade anônima na qual se inseriu Ponta d’Areia. Tratou-se de uma legislação mercantil fruto de um consenso entre as frações de classe que necessitavam que seus monopólios fossem preservados. Uma vez que seu estabelecimento industrial se transformou numa empresa de capitais abertos, Mauá liberou capital e manteve uma margem de segurança, mas manteve-se na direção da empresa na qualidade de presidente executivo.¹⁵

¹³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Correspondência Ativa do Barão de Mauá, 1850-1859*.

¹⁴ FARO, João Pereira Darrigue. *Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembleia Provincial no dia 1º de março de 1850*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário de N.L Vianna, 1850, p.47.

¹⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. *Decreto na. 1411, de 15 de julho de 1854. Aprova os Estatutos da Companhia Ponta d’Areia Sociedade Anônima*. Coleção Leis do Império do Brazil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Tomo XIV, Parte II, p. 158-262. (Artigo 2º). Seção Periódicos, 5-434,03,20.

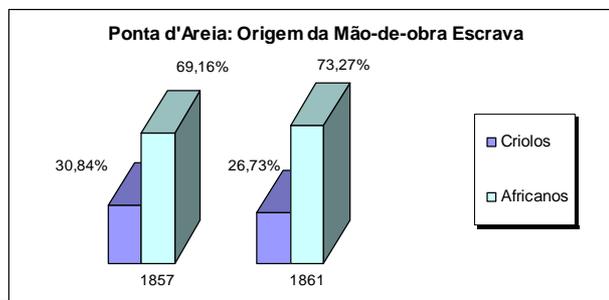
Assumindo o papel de cliente, o Estado Imperial comprou, até 1855, 72 vapores e já havia liquidado as dívidas provenientes do pagamento dos tubos do Maracanã em 1846.¹⁶

O Estado Imperial que consentia e promovia a circulação de capitais saídos dos cofres públicos para o Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d' Areia era Escravista. Isto significa que a instituição apoiou formalmente a escravidão até 1850, e que foi constituída por políticos do Império provenientes das atividades do tráfico e da agroindústria, até então sustentada pelo braço escravo.¹⁷

A reflexão acerca da organização de Ponta d' Areia como empreendimento capitalista ou não, conleva consigo uma referência à Imperial Cidade de Nicteroy no sentido de concebê-la como cidade que abrigou um estabelecimento capitalista e que, portanto sentiu as conseqüências dessa ação em sua própria estrutura social. Porém a partir da investigação acerca da configuração de mão-de-obra empregada no estabelecimento e da própria organização do trabalho acreditamos que Ponta d' Areia não se constituiu como empreendimento capitalista.

Verificando os quadros de funcionários da empresa percebe-se a oscilação no número de trabalhadores, mas também nota-se a predominância do trabalho assalariado em detrimento do trabalho escravo, (conforme os Anexos I e II) Os escravos do estaleiro apareciam nos balanços na parte dos Ativos e estavam assegurados. Os dados numéricos acerca da nacionalidade dos escravos que trabalhavam no Estabelecimento de Ponta d'Areia confirmam as informações fornecidas pelo *Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro*, no sentido de que os escravos de origem africana predominavam sobre aqueles nascidos no Brasil. Para o ano de 1857, dentre os 162 trabalhadores escravos do estabelecimento, 50 eram de origem nacional e 112 de nacionalidade africana¹⁸. Realidade expressa no seguinte gráfico:

Gráfico 1:



¹⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris existentes na Imperial Cidade de Nychteroy*. Relatório do Capitão Engenheiro Antônio Pinto de Figueredo Mendes Antas ao Conselheiro Luis Antônio Barbosa, presidente da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1855. Lata 514-documento 11.

¹⁷ Cf. MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. 3 ed. Rio de Janeiro: ACCES, 1994.

¹⁸ SILVA, Pereira da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente*. Rio de Janeiro, 1857, pp. 59-60.

Fonte: CUNHA, Luiz Fernandes da. *Relatório geral da exposição nacional de 1861, publicados por deliberação da comissão directora por seu secretário*. Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862 p.89; SILVA, Pereira da. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente. Rio de Janeiro, 1857, pp.59-60.

Quando Ponta d’Areia entrou em declínio, no ano de 1862, houve um decréscimo no número total de trabalhadores, incluindo-se os trabalhadores escravos. No entanto, é chamativo, que proporcionalmente o número de escravos nascidos na África tenha sofrido um acréscimo. Dentre os 101 trabalhadores escravos, 27 eram brasileiros e 74 eram africanos.¹⁹

No momento de decadência do estabelecimento, os trabalhadores escravos africanos que permaneceram no estaleiro pertenciam ao próprio Barão de Mauá. Os proprietários urbanos de escravos treinados em ofícios mecânicos preferiam vendê-los para áreas rurais, onde trabalhariam na lavoura. Passados 12 anos da Lei Eusébio de Queirós, o preço do trabalhador escravo tornara-se bem elevado. O Barão de Mauá, por sua vez, tinha como prática em Ponta d’Areia fazer seguro de seus escravos, motivo esse que o levou a preferir conservá-los no estabelecimento industrial a vendê-los para áreas rurais. No *Balanço da Companhia*, publicado em abril de 1856 no *Jornal do Commercio*, consta no débito do estabelecimento a quantia de 3.000\$000 relativa ao valor de 3 escravos “falecidos antes de estarem segurados”²⁰ O seguro de escravos, comum nesse período, garantia certa segurança aos proprietários e não deixava de constituir um investimento na mão-de-obra, uma vez feito o seguro da mercadoria não haveria interesse em vendê-la. Em 1848, os escravos em Ponta d’Areia custavam 600\$00, em 1856, abolido o tráfico estavam avaliados por volta de 1.000\$000.²¹ Logo, não há dúvida de que eram propriedade.

Nos relatórios de Ponta d’Areia verifica-se a presença de escravos do estaleiro e escravos de particulares, conforme explicita o documento em Anexo intitulado: *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nicteroy*. Em 1857 consta que 47 indivíduos pertenciam a particulares.²² O viajante inglês Ribeyrolles, que visitou a província fluminense em meados do século XIX, observou que no Rio de Janeiro havia proprietários que mantinham no ganho até 300 escravos.²³ Outros proprietários, no entanto, eram homens pobres livres cuja sobrevivência dependia em grande parte da exploração de

¹⁹ CUNHA, Luiz Fernandes da. *Relatório geral da exposição nacional de 1861, publicados por deliberação da comissão directora por seu secretário*. Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862, p.89.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL *Balanço do Estabelecimento Ponta d’Arêa para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, p.3, 07 de abril de 1856.

²¹ Ibidem.

²² SILVA, Pereira da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente...*, op.cit.

²³ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. V.1 Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-EDUSP, 1980, p. 204.

seus poucos escravos.²⁴ Os *Relatórios de Presidente de Província*, empregaram o termo “assalariamento de escravos em Ponta d’Areia”.²⁵ Porém, quando estes documentos são confrontados com os inventários de trabalhadores da empresa, em especial o do ano de 1855, nota-se que o número de “escravos assalariados” citados nos Relatórios coincide com o número de escravos pertencentes a particulares listados no inventário. Portanto, os documentos referem-se aos escravos ao ganho e de aluguel. Essa parcela da mão-de-obra não deve ser confundida com os escravos do estaleiro, de propriedade do Barão de Mauá que como mercadoria valiosa, tinham sido assegurados e por isso não poderiam ser considerados “assalariados”. No caso dos escravos dos particulares, eles permitiam uma dinâmica de capitais, pois recebiam uma remuneração que era entregue ao dono, mas essa não é uma acepção teórica correta de salário. O salário como tal consiste na venda da própria força de trabalho por parte daquele que é livre, por isso ele pode usufruí-la como bem entende e se apossa do dinheiro pago por essa venda.

Através de nosso estudo concluímos, ainda, que o trabalho escravo era compatível com a especialização na realização de ofícios, no período em que a exploração do trabalho escravo em atividades urbana era o meio de sobrevivência de muitos homens livres. O escravismo industrial proporcionou ganho e circulação de capital e constituiu algo vantajoso para o próprio Barão de Mauá, que contava com um grupo de escravos permanente em seu estabelecimento industrial e que, por estarem treinados para a realização de ofícios, eram muito eficazes na execução das tarefas que a eles lhes competia. Observa-se que os trabalhadores escravos possuíam certa especialização e desempenhavam muitas vezes as mesmas funções que os trabalhadores europeus. Os mapas de trabalhadores relativos aos anos de 1848 (Anexo I), 1855 (Anexo II) comprovam essa afirmação. O primeiro dado que os mapas revelam é que somente os escravos atuavam como serventes em serviços de limpeza e transporte de materiais, esses indivíduos não possuíam especialização. Encontravam-se escravos dentre os maquinistas, modeladores e caldeireiros. Os *Relatórios de Presidente de*

²⁴ Luiz Carlos Soares realizou um meticuloso levantamento a respeito do número de escravos que o senhor possuía no ganho, bem como das profissões dos senhores com escravos no ganho, através da análise de inventários post-mortem. No caso das profissões dos senhores há muitas não declaradas. Ainda assim, nota-se que predominavam os proprietários comerciantes e profissionais liberais. Para maiores informações ver; SOARES, Luiz Carlos. *Os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 8, n.16, pp. 107-142. mar88/ ago88.

²⁵ CARVALHO, José da Costa. *Proposta e Relatório...*, op.cit.; FARO, João Pereira Darrigue. *Relatório do Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembléia Provincial no dia 1º de março de 1850...*, op.cit.

*Província*²⁶ referindo-se aos maquinistas informavam que se encarregavam da construção dos motores a vapor. Em 1848, havia 12 escravos maquinistas, enquanto que, em 1855 encontravam-se 3. Os caldeiros construía peças de bronze em geral e, ao que tudo indica, utilizavam moldes para um tipo de trabalho que requeria certa elaboração. Em 1848, 15 escravos trabalhavam nessa oficina, e em 1855, eles totalizavam 23. No tocante ao serviço de carpintaria, todos os carpinteiros auxiliares eram escravos em 1848. Os carpinteiros de “Obras Brancas” listados no Mapa de Operários de 1848 ocupavam-se de serviços de serralheria e entre eles não havia escravos. Porém, em 1855, havia 30 escravos do estabelecimento e 20 particulares descritos como oficiais de carpintaria, ocupando a mesma oficina que 2 franceses, 1 alemão, 25 brasileiros e 39 portugueses, incluindo um mestre. O documento de 1855 não separou os tipos de serviços de carpintaria, como o fez o documento de 1848, o que dificulta a análise dos ofícios e do grau de especialização dos trabalhadores não-livres. Levando em conta o conjunto dos dados, acreditamos que no ano de 1855, também nos trabalhos de serralheria foram empregados escravos que adquiriram especialização para essa tarefa.

Os dados do estabelecimento industrial de Irineu Evangelista de Sousa apontam a presença marcante e crescente da mão-de-obra escrava em seus momentos áureos, como no ano de 1856, em que a produção anual de Ponta d’Areia fora de 865:287\$427, os lucros de 206:972\$020 e o número de escravos empregados no estabelecimento fora 181.²⁷

Logo, Ponta d’ Areia constituiu um exemplar das vantagens econômicas que o trabalho escravo especializado trazia e contraria a tese lançada por Fernando Henrique Cardoso, baseada na visão fornecida pelo “liberalismo”, segundo a qual as relações de trabalho escravo eram entraves para a lucratividade de uma empresa no século XIX. Referindo-se à produção do charque no Rio Grande do Sul, no período citado, alertou para o perigo da especialização do escravo, que geraria necessariamente a ociosidade:

Já o senhor de escravos não poderia suportar o ônus social que representavam três dias de ociosidade de seus escravos. Além disso, retribuiria todo o tempo, sob a forma de alimentos, vestuário e alojamento, à força de trabalho que não consumiria.²⁸

²⁶ Alguns desses relatórios trazem a descrição das oficinas, descrevendo o tipo de trabalho requerido. Dentre as melhores descrições ver:

SILVA, João Manuel Pereira da. *Relatório apresentado pelo vice-presidente da Província do Rio de Janeiro à Assembléia Legislativa na 2ª sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typografia Universal Laemmert, 1857, p.59. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/787/000063.html>. Último acesso em: 10 de dezembro de 2006.

²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço do Estabelecimento Ponta d’ Arêa para o ano de 1856...*, op.cit.

²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.180.

Tal perigo de ociosidade e prejuízo não existia no Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia. O Barão de Mauá, além dos escravos do estaleiro, requisitava o serviço de escravos de outros particulares, sinalizando, assim, para o aproveitamento satisfatório do tempo e da capacidade de trabalho dos escravos de sua propriedade. No tocante à mão-de-obra especializada alugada ou de ganho poderia ser dispensada, quando necessário, e constituiu, em geral, um terço do total da mão-de-obra escrava do estabelecimento indicando a existência de uma demanda da própria empresa.

A especialização dos escravos em ofícios manuais não constituía um perigo para o sistema escravista, conforme afirmou Fernando Henrique Cardoso que ao escrever seu trabalho ignorou a relevância da escravidão ao ganho e de aluguel. Ao contrário, ressaltou que para o caso do Rio Grande do Sul que, se o escravo se especializasse poderia vender sua força de trabalho a mais de um contratante no decorrer de certo período e assim, acabaria por desmontar o sistema escravista, necessário para a manutenção da ordem social sulista no século XIX.²⁹ Em Ponta d'Areia o escravismo industrial especializado, com ênfase no escravo ao ganho ou de aluguel não prejudicou o estabelecimento, pelo contrário, ajudou a sustentá-lo permitindo o aproveitamento das várias oficinas da manufatura, e, em geral, foi incrementado nos momentos de maior lucratividade do estabelecimento. Coexistiu lado a lado com o trabalho livre em todas as fases da empresa, mesmo após a abolição do tráfico de 1850.

Em sua Autobiografia, o Barão de Mauá repetia as palavras de Bernardo Pereira de Vasconcelos: “A Civilização vem da África!”³⁰ Acrescentava, ainda, que do braço africano “vinha a produção que, convertida em riqueza, determinava o progresso e a civilização de nossa pátria.”³¹ Embora, estivesse referindo-se especialmente à agricultura, essas palavras não deixam de ser significativas. Por volta dos anos de 1870, quando Ponta d'Areia já falira, Mauá defendeu abertamente o trabalho assalariado e livre. Tal tendência foi comum nesse período, verificável também nos Congressos Agrícolas, onde os cafeicultores discutiam a problemática da escassez do braço escravo. Seria um erro, a partir dessa informação, considerar o Barão de Mauá como um abolicionista. A própria história de Ponta d'Areia demonstra o contrário. Em 1876, referindo-se à experiência de outros países que substituíram a mão-de-obra africana pela asiática e livre, afirmou: “inclusive as proprias colonias das

²⁹ Idem, *ibidem*, p.179.

³⁰ MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa. Visconde. *Autobiografia...*, op.cit.

³¹ Idem, *ibidem*.

Antilhas substituirão no fim de 15 anos o braço do preto indolente pelo indiano, que representa trabalho mais eficaz.”³²

Na medida em que existiu o devido controle e hierarquização do mundo do trabalho, por meio de feitores e mestres, respectivamente, o uso da mão-de-obra escrava não foi um problema, tampouco o foi a convivência com os trabalhadores livres brasileiros e estrangeiros. A única paralisação de escravos ocorrida, aquela em que eles pediam a cessação dos castigos corporais, foi rapidamente dissolvida com a chegada das forças policiais. Logo, os mecanismos de negociação em Ponta d’Areia resultaram ineficazes, o que nos permite afirmar a inexistência da própria ação de negociação. Já, o uso da mão-de-obra livre foi muito conveniente, principalmente depois de 1850, com a abolição do tráfico e a Lei de Terras.

Verificou-se uma relação de complementaridade entre mão-de-obra escrava e livre. Ponta d’Areia crescia, e, sem se desfazer do trabalho escravo, ampliava a utilização da mão-de-obra assalariada. A conjuntura da década de 1850, bem como o aumento da produção requisitaram a mão-de-obra livre que se tornou fundamental para a lucratividade do estabelecimento. Os trabalhadores livres brasileiros ou estrangeiros também foram mantidos sob controle de rígida disciplina, na medida em que mestres de oficina e engenheiros resolviam quaisquer problemas de conflitos.

Foi notável, o desenvolvimento de Ponta d’Areia dentro do marco escravista de sua época. O estabelecimento industrial de Irineu Evangelista de Sousa se adequou ao tecido social do sudeste e sua razão de existir, como tantos outros, residiu na Lei Alves Branco, na Lei Eusébio de Queirós e no Código Comercial de 1850. Em Ponta d’Areia confirmam-se os dados já verificados para a Imperial Cidade de Niteroy, como a predominância de um contingente de escravos nascidos na África do sexo masculino.³³

Considerando-se, agora especificamente a questão da organização do trabalho, investigamos se o Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d’Areia constituiu-se como fábrica, típica unidade capitalista. A fábrica, segundo Marx, caracteriza-se pela unidade técnica no processo de produção. Um dos aspectos distintos na organização do trabalho entre

³² INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Projeto do Barão de Mauá para a Imigração de Coolies*. 12 out. 1876. s.n.t., p.7. Lata 514-pasta 6.

³³ As informações fornecidas pelo Arquivo Estatístico em 1850 para Niterói coincidem com o quadro de trabalhadores de Ponta d’Areia no que diz respeito à tendência a masculinidade e nacionalidade africana dos cativos. Cf. ARQUIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro..., op.cit. Mapas A e B; *Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado na Ponta d’Arêa, 24 de julho de 1848*..., op.cit.; *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Niteroy*..., op.cit.

uma fábrica e uma manufatura é a unidade técnica conferida pela máquina-ferramenta que realiza todas as operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes.³⁴

Em geral, foram 6 as oficinas do estabelecimento: oficina de fundição, oficina de caldeiros, oficina de ferreiros, oficina de modeladores, oficina de maquinistas e o estaleiro permanente. Também havia a oficina de galvanização, por vezes omitidas em alguns relatórios.

A produção da oficina de fundição era bastante diversificada: canos utilizados para as obras do Maracanã, Andaraí ou para a iluminação da cidade, rodas, rodetes, maçanetas, bombas, pitões, peças para guincho, volantes, colunas, eixos, válvulas e guindastes. Chama atenção a produção destinada ao Arsenal de Guerra em 1861: 9.324 libras de ferro e 1.440 libras de bronze em cinco morteiros, 241 lanças de aço batido, e 1.800 pratas para metralha. O *Balanço de 1861* enumera outras obras da oficina de fundição de menor magnitude: fornos, fogões, ornatos para túmulos, chapas de fogareiros, pesos para relógios e para balanças, mesas, molinetes, tornadores, despoldadores, portões, sacadas e peças necessárias para as máquinas novas ou para serem consertadas.³⁵

A diversificação dos produtos numa mesma oficina denota a dedicação dos trabalhadores a diferentes tarefas que deveriam tomar por base suas qualidades pessoais, força, destreza mental e concentração. É perceptível o isolamento dos processos particulares de produção. A utilização de máquinas nessa oficina se deu secundariamente e predominaram as operações manuais dos trabalhadores.

A oficina de maquinistas, no ano de 1861, foi o local onde foram construídas uma máquina de 90 cavalos para um navio a vapor e outra de 100 cavalos. Atendendo à encomenda de um fazendeiro, o senhor Azevedo Coutinho, foram construídos um motor para mover engenho de açúcar de 8 cavalos e outro engenho de mandioca de 6 cavalos e por fim, um engenho de serrar.³⁶ Se comparados com as máquinas produzidas na Inglaterra no final dos anos de 1860, os motores produzidos na Ponta d'Areia eram bastante simples. Nesse período, a Inglaterra já produzia máquinas a vapor com capacidade de 4 milhões de cavalos.³⁷

³⁴ MARX, Karl. *O Capital: Crítica a Economia Política*. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro I, Tomo I, Cap. XII.

³⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço da Companhia Ponta d'Areia para o ano de 1861*. Seção Obras Raras, nn 102, 6,213.

³⁶ Ibidem.

³⁷ LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa de 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.103.

Na Exposição Nacional de 1861, Ponta d'Areia recebeu a medalha de prata na categoria "Máquinas e Aparelhos". A menção honrosa que justificava a premiação era feita a um "cylindro de ferro fundido com tampa e haste de ferro batido para máquina a vapor de baixa pressão e de força coletiva de 100 cavallos e uma maquina a vapor de alta pressão.

Esses dados ilustram parte de nossa análise que nos levou a concluir que Ponta d'Areia constituiu-se como uma manufatura combinada ou orgânica. Cada uma das oficinas tinha seu próprio processo de produção independentes ente si. . Mas dentro de cada processo de produção os trabalhadores desenvolviam tarefas específicas. Porém, verifica-se a cooperação de ofícios anteriormente separados.

A fábrica capitalista não existiu, pois as oficinas não chegaram a adquirir unidade técnica. Não houve o emprego da máquina-ferramenta: mecanismo que ao transmitir movimento executa com suas ferramentas as mesmas operações que os membros de uma manufatura executam antes com ferramentas semelhantes. Em realidade, antes dos anos de 1880, dentre as manufaturas que nós e outros investigaram em seus trabalhos, nenhuma pode ser considerada uma fábrica mecanizada, e, fazer tal afirmação, seria anacronismo

Ponta d'Areia não se constituiu como empresa capitalista na Imperial Cidade de Nicteroy, uma vez que a dinâmica de capitais da empresa é explicada em parte à luz do escravismo e do Estado Imperial Escravista. Além disso, apresentou a organização do trabalho de uma manufatura combinada.

Ocupações	ingleses	franceses	alemães	espanhóis	portugueses	brasileiros	aprendizes brasileiros	serventes brasileiros	escravos	total
Fundidores de Ferro	13		6		7	5	12	14	18	75
Maquinistas	11	4	3	1	14	12	8		12	65
Modeladores	4	2				4	3		4	17
Caldereiros	15				6	8	9	10	15	63
Ferreiros	5				4	7			8	24
Operários de Galvanismo		1	2	2	3	2	4		5	19
Fundidores de Bronze					2	3	2		2	9
Carpinteiros de Estalagem					56	21	8		16	101
Carpinteiros de Obras Brancas			3		4	11				18
Calafates					7	5	3		7	22
Pedreiros e carpinteiros auxiliares									34	34
Escravos serventes									27	27
Engenheiros com mestres de oficinas	10				1					11
Caixeiros			1			5				6
Total	58	7	15	3	104	83	49	24	148	491
Brasileiros	31,77%									
Estrangeiros	38,09%									
Escravos	30,14%									
					Inglese	58				
					Franceses	7				
Brasileiros Oficiais		83			Alemães	15				
..'' Aprendizes		49			Portugueses	104				
Serventes		24			Espanhóis	3				
		156	31,77%			187	38,09%			
					Escravos oficiais	121				
					Serventes	27				
						148	30,14%			

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado na Ponta d'Areia, 24 de julho de 1848. Seção de manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, nn005

Anexo II - Mappa Demonstrativo de Operários Ocupados no Estabelecimento da Ponta d'Areia – 1855

officinas	classes	nacionalidades									escravos		soma	total
		brasileiros	portugueses	ingleses	franceses	belgas	suíços	hispanhóis	hamburgueses	alemães	do estabelecimento	particulares		
Engenheiros do estabelecimento	mestre			1									1	
	operário												0	1
Maquinistas	mestre		1										1	
	operário	31	17	8	5	2	1	1	1		3		69	70
Modeladores	mestre			1									1	
	operário	3	1	2							2		8	9
Malhadores	mestre			1									1	
	operário	35	16	3						5	22	3	84	85
Caldereiros	mestre			1									1	
	operário	12	23	5	1		2				22	1	66	67
Carpinteiros	mestre		1										1	
	operário	25	38		2					1	20	30	116	117
Calafates	mestre		1										1	
	operário	5	4										9	10
Feitores			2											2
Enfermeiros			1											1
Serventes											16	7		23
Ferreiros		1	13	2								4		20
Empregados em armazéns e depósitos		5	1											6
total		117	119	24	8	2	3	1	1	6	85	45		411

Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nychteroy*. Relatório do Capitão Engenheiro Antônio Pinto de Figueiredo Mendes Antas ao Cons. Luis Antônio Barbosa, presidente da Província do Rio de Janeiro. LATA 514-documento 11.